

Apresentação

Após longa e frutífera publicação de números monográficos durante os anos 2011 e 2012 (*Comemoração festas da independência*, e *Imagem e ciências sociais*) da *Revista Memória e Sociedade*, no início do ano é prazenteiro para nós entregar para a comunidade acadêmica e pesquisadora um novo número correspondente a *Temas Abertos*, o qual esperava pacientemente sua merecida irrupção, entanto saíam à luz os diferentes números monográficos assinalados.

Neste novo número de *Temas Abertos* nos campos da história e ciências sociais, apresentamos interessante grupo de artigos que são resultado da rigorosa e elevada produção pesquisadora de autores que focalizam a sua análise em temas diversos, os quais oscilam, por exemplo, desde problemáticas tais como “A condição indígena na produção de borracha na Amazônia, no século XIX”, até “A construção do conhecimento etnográfico indígena através de dispositivos de poder da imagem no Brasil ao redor dos quarenta”, ou “A participação da produção pornográfica na formação do sentido de ‘o real’”, até o problema do “Auto-proclamado direito à ‘justa guerra’ por parte de certos países ou blocos hegemônicos dentro do sistema-mundo contemporâneo”.

Agora, se a diversidade constitui um dos eixos principais do presente número, existem talvez dois eixos transversais que cruzam, em boa medida, as temáticas dos artigos aqui incluídos, a saber: por uma parte os problemas sobre a construção do sujeito/não sujeito (indivíduos, Estados, blocos) através do poder; e por outra, a partição e função das imagens e imaginários na conformação de tais sujeitos.

Nesta ordem de ideias, a imagem que abre a apresentação deste número, *Le grand temple du Mexique* de Jan Karel Donatus Van Beecq¹ constitui

excelente exemplo visual para resenhar o conteúdo dos artigos deste volume. Na medida em que dentro do gravado dito emergem os mecanismos de um poder hegemônico imperante no século XVII, resoluto em retratar, objetivar –e com isto ‘coisificar’– desde a imagineria do velho mundo, o corpo e a alma ritual dos indígenas *tenochcas*², com o fim de introduzi-los em mecanismos de poder úteis para a dominação imperial. Assim, de maneira similar ao gravado de Donatus, no artigo “Corpos in/a-propriadados: *carte-de-viste* e as novas cidadanias na pardocracia venezuelana post-independentista” de Beatriz González-Stephan, a autora apresenta a forma através da qual emergem subjetividades específicas a partir de ‘tecnologias e dispositivos associados à visão, visualização e visibilização’ próprios de uma rede de narrativas que configuram o campo autorizado para a construção de subjetividades na Venezuela post-independentista, que finalmente constituem uma *episteme*, quer dizer, uma matriz que organiza certo tipo de relações entre o observador e o observado, entre o visível e o que não é possível representar.

Subsequentemente, no segundo artigo “Borracha, exploração e guerra: configuração das fronteiras nacionais e espoliação indígena na Amazônia” de Tomás Uribe Mosquera; como na imagem de Jan Karel Donatus, emerge o problema indígena em relação com os mecanismos de poder, representados agora pelo capital comercial e as políticas exteriores Estatais de países que compartilham fronteiras na região Amazônica. Nesta formidável pesquisa, o autor reconstrói a condição dos indígenas *uitotos* em uma região afastada dos centros políticos nacionais, através da influência

1 Imagem elaborada pelo pintor Jan Karel Donatus Van Beecq e gravada pelo artista Moyse Jean-Baptiste Fouard a meados do século XVII. Este gravado aparece nas primeiras páginas da

edição fac-similar da *História da Conquista da Nova Espanha* a meados do século XVII, elaborada pelo conquistador Hernán Cortés no final do século XVI.

2 Habitantes da cidade de México – Tenochtitlán antes do contato com os exércitos espanhóis em 1521.

que exercem, por uma parte, os mecanismos de espoliação e exploração de agricultores, exportadores e comerciantes privados, principalmente da Casa Arana; assim como por outra parte, o influxo do contexto geopolítico hegemônico do momento, determinado principalmente pelas relações fronteiriças entre o Peru, a Colômbia e o Brasil. Na secção final da pesquisa, o pesquisador propõe a necessidade duma agenda de justiça e reparação dos grupos indígenas objeto deste genocídio, e de igual maneira, reconhece a indiscutível importância da recuperação da memória para o início da reparação dos fatos violentos.

O texto seguinte, “Fotógrafos e Fotografias na Seção de Estudos do Serviço de Proteção aos Índios (Brasil)” de Lucybeth Camargo de Arruda, retoma o problema da construção/reconstrução da imagem e identidade indígena a partir da participação dos fotógrafos nas expedições fotocinematográficas, em frente da criação da Seção de Estudos (SE) do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) em 1941. No final da pesquisa conclui-se que ‘a equipe, responsável da coleta de imagens e sonidos de grupos indígenas, significou um *start* fundamental para evidenciar a ambiguidade da política indigenista do momento’.

Os artigos subseguintes: “Olhares compartilhados. Experiência antropológica de uma exposição fotográfica” de Amiel Mejía e Mariana da Costa; “Duas vezes morto: história da imagem e vida de Celestino Ccente ou Edmundo Camana” de María Ulfe; e “Afazeres pornô na construção

de imagens de espetaculosidade” de María Díaz; ao igual que o gravado introdutório de Donatus e o texto de Beatriz González-Stephan, amostram desde propostas muito particulares a concorrente relação entre o poder da construção das imagens e os fenômenos de conformação política dos indivíduos e dos fatos culturais.

Fecha este número de *Temas Abertos*, o artigo “As ‘cruzadas’ do capital (ou de como a guerra mudou de nome)” de César Torres del Río. Neste excelente produto de pesquisa, o autor apresenta as qualidades ‘camaleônicas’ de uma guerra continua do presente, mascarada através do exercício de ‘práticas éticas’, de ‘intervenções mundiais humanitárias’, ou de ‘operação de manutenção da paz’; as quais, em palavras do professor Torres, simplesmente pretendem desenvolver ‘um fato criminoso do capital contra a humanidade, sustentado no Direito Internacional’. Finalmente, as conclusões deste texto, lembram os motivos que foram o sustento ideológico para a elaboração do gravado de Donatus, quer dizer, a ‘guerra justa’ que deveram empreender os países civilizados contra os povos aborígenes infieis da América inóspita, que quinhentos anos depois tem sua tradução em ‘uma cruzada pelo bem-estar do mercado, a democracia, segurança e liberdade’ dos países civilizados, contra os Estados ou pseudoestados terroristas ou narcoterroristas.

Os Editores